

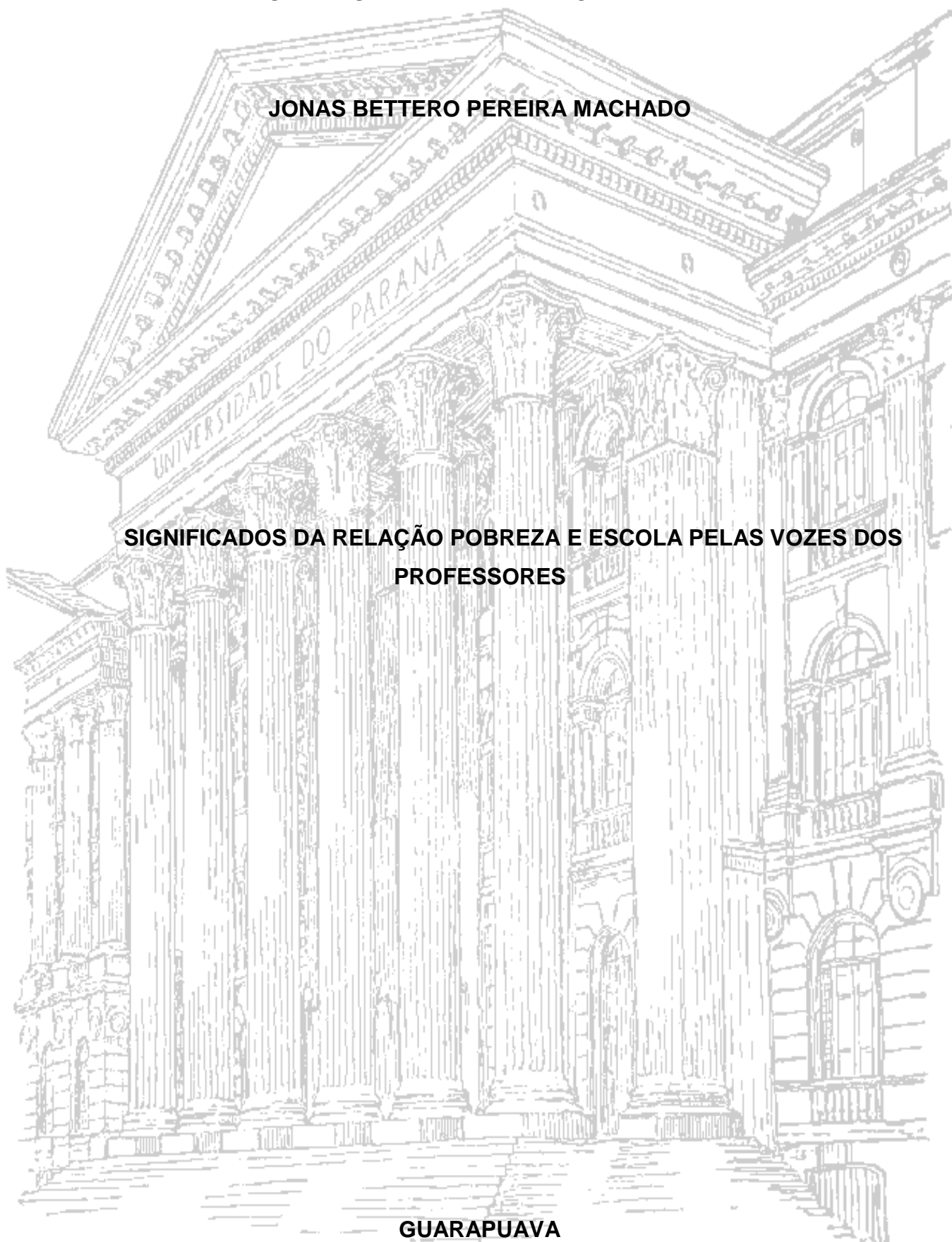
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JONAS BETTERO PEREIRA MACHADO

**SIGNIFICADOS DA RELAÇÃO POBREZA E ESCOLA PELAS VOZES DOS
PROFESSORES**

GUARAPUAVA

2016



JONAS BETTERO PEREIRA MACHADO

**SIGNIFICADOS DA RELAÇÃO POBREZA E ESCOLA PELAS VOZES DOS
PROFESSORES**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Prof^a Ms. Karina Falavinha

GUARAPUAVA

2016

SIGNIFICADOS DA RELAÇÃO POBREZA E EDUCAÇÃO PELAS VOZES DOS PROFESSORES

Jonas Bettero Pereira Machado¹

RESUMO

A proposta deste artigo é analisar os significados da relação entre pobreza e educação escolar pelas vozes dos professores de uma escola pública do Município de Pinhais. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura apresentando, as concordâncias e discordâncias teóricas trazidas pelos autores, em especial as de Arroyo (2014), Pinzani & Rego (2014) e Lipina (2013), que embasam seus trabalhos acerca da pobreza. Em linhas gerais, a pobreza é um conceito multifacetado não podendo ser considerada somente pelo viés econômico, uma vez que pensar o não acesso a escola, por exemplo, também é um aspecto que deriva-se da pobreza, perpetuando-se e gerando exclusão social. No que tange às relações estabelecidas entre a pobreza e escola pode-se mencionar diversos aspectos entendidos pelos autores mencionados, bem como pelos professores pesquisados em campo, mediante a análise de questionários distribuídos a estes. Para os autores, a relação escola e pobreza possuem certos determinantes que remetem ao fracasso dos educandos pobres: a falta de qualidade da educação pública brasileira, o currículo escolar que pouco prioriza e trabalha a questão da pobreza, a desnutrição que é uma das facetas mais cruéis da pobreza, a falta de disponibilidade de materiais de leitura, a falta de acesso aos recursos tecnológicos, à necessidade de abandonar os estudos para trabalhar e contribuir com a renda familiar, falta de tempo dos educandos por ter que trabalhar e local apropriado para estudar nas suas residências. Quanto aos significados atribuídos pelos professores acerca da referida relação, estes desconsideram que a escola e o corpo docente podem estar sendo omissos no apoio e ou ineficientes na educação dos estudantes pobres. A escola e os docentes estão fazendo tudo o que podem para resgatar e ensinar estes educandos. Porém, sentem-se impotentes diante das demandas sociais, familiares e econômicas dos estudantes. De acordo com os professores, a escola sente-se impotente e percebem a sensação de abandono pelo poder público, órgãos e instituições que deveriam auxiliar a escola nestas questões. Desse modo, impera a ineficácia e ineficiência escolar e infelizmente ainda é a escola unicamente culpabilizada pela falha da família, do estado e da sociedade.

PALAVRAS – CHAVE: Pobreza, Escola, Professores.

¹ GRADUADO EM PEDAGOGICA PELA FACINTER E PÓS-GRADUADO EM GESTÃO ESCOLAR PELA INTERBRAS. PEDAGOGO E PROFESSOR NA PREFEITURA DE PINHAIS.

INTRODUÇÃO

Sabendo da realidade da escola pública brasileira, da pobreza existente neste ambiente e da forma como vem ou não sendo trabalhada esta questão e possivelmente na maior parte das vezes simplesmente ignorada, desenvolveu-se esta pesquisa com o intento de descobrir o que pensam os professores de uma escola pública do município de Pinhais sobre a temática da pobreza em interface com a educação escolar e como estão tratando a questão da pobreza dentro deste ambiente, bem como os estereótipos existentes acerca dos estudantes pobres e os problemas relacionados à pobreza.

No que concerne aos estereótipos da pobreza Arroyo afirma que:

Quando se imputa aos pobres a sua condição de pobreza e considera-se que são carentes de valores, passa-se a entrever apenas uma solução: educá-los nos valores do trabalho, da dedicação e da perseverança, desde a infância. Nesse contexto, a tarefa da escola diante de milhões de crianças e adolescentes na extrema pobreza seria de moralizá-los(as) nesses valores, que eles(elas) supostamente não recebem das famílias e dos coletivos empobrecidos. A escolarização, então, seria somente um antídoto contra a pobreza ao moralizar as infâncias e adolescências pobres.

A imagem dos pobres como ausentes de valores também é reforçada pela mídia, ao mostrar a pobreza associada à violência e a crimes como consumo e venda de drogas, furtos e roubos. Mesmo as políticas públicas e os programas socioeducativos podem, muitas vezes, carregar uma intenção corretiva e moralizadora, que apela para a educação moral em valores nas escolas. A pobreza, assim, acaba sendo vista somente pelo viés educacional, ficando mascarada toda a sua complexidade como questão social, política e econômica. Essas representações são uma forma irresponsável de jogar para as escolas e seus mestres a solução de um problema produzido nesses contextos sociais, políticos e econômicos, ou seja, muito além do ambiente escolar.

De outro lado, é tarefa árdua para as escolas e seus gestores não se deixarem contaminar por essas representações sociais dos pobres. Difícil não ver crianças, adolescentes e jovens pobres como seres destituídos de valores, preguiçosos, sem dedicação ao estudo, indisciplinados e até violentos. As representações sociais pesam sobre as representações pedagógicas (ARROYO, 2014, p. 9-10).

Estes estereótipos da pobreza trazem embutido em si todo um contexto de preconceitos, discriminações e negação de direitos elementares aos menos favorecidos.

Soma-se a isto um currículo escolar que pouco trabalha com a questão da problematização da pobreza, neste sentido a escola vem ignorando tal realidade social e em virtude disso atuando de modo ineficaz na resolução dos problemas escolares relacionados às condições econômicas dos educandos. Muitas vezes criando novos estereótipos, reforçando os já existentes e realizando diagnósticos de patologias para os alunos com baixo rendimento escolar, sendo que tais problemas podem ter suas raízes na precária condição de existência em que esta criança vive.

Nesse sentido, este artigo é de suma importância para a identificação, análise e compreensão sobre as considerações que os professores de uma escola pública em Pinhais trazem sobre a relação entre pobreza e escola. Ou sejam, quais os significados da relação pobreza e escola para estes professores.

Neste sentido, o presente trabalho está dividido basicamente em duas partes. Inicialmente apresenta-se o tema da pobreza pelo crivo dos autores pesquisados. A segunda parte difunde os significados da pobreza pelas vozes dos professores de uma escola pública de Pinhais, estabelecendo assim um diálogo entre eles. A partir dos referenciais Arroyo (2014), Pinzani&Rego (2014) e Lipina (2013), busca-se evidenciar a importância de se abordar a questão da pobreza dentro dos muros escolares, problematizando seus estereótipos na direção de construir uma sociedade mais justa e democrática. Não que a educação por si só vá transformar tudo, mas que certamente sem ela não haverá mudanças.

1. REVISÃO DE LITERATURA

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo com eles lutam.” (FREIRE, 1987, p. 23.).

Ao lermos a citação do saudoso Paulo Freire, fica difícil não nos sensibilizarmos para com a questão da pobreza e do sofrimento que ela traz para muitos seres humanos do nosso planeta, em especial aos que vivem nesta situação.

A pobreza é sem dúvida um dos piores males que atinge a humanidade atualmente e reconhecer a sua existência é o primeiro passo para adentrar nesta discussão, além disso, não basta sabermos que a escola esta repleta de crianças pobres, muito mais do que isto é necessário questionar as exigências que a pobreza demanda da nossa prática profissional (ARROYO, 2014).

O termo pobreza é um conceito extremamente complexo e multifacetado. Pinzani& Rego (2014) afirmam que a pobreza deve ser considerada com base em uma perspectiva não somente econômica, que contempla exclusivamente a falta de renda ou sua insuficiência. Existem aspectos da pobreza que podemos chamar de éticos, concernentes ao autorrespeito e à autonomização. Todavia, o viés econômico, ligado à presença de uma renda regular, permanece uma condição imprescindível para a superação da miséria e dos componentes éticos envolvidos.

A pobreza geralmente é entendida pelo senso comum com causas ligadas ao indivíduo e ao psicológico, e não a aspectos estruturais, que podem ser pensados como efetivos da pobreza (Pinzani& Rego, 2014).

Dessa forma é confortável e favorável para as classes dominantes que este tipo de pensamento continue predominando, pois desse modo, tendem a não saber os verdadeiros motivos de estarem imersos na pobreza.

Sobre esse assunto Arroyo afirma que:

Com base em uma visão da sociedade reduzida a um somatório de indivíduos, a trajetória social é pensada pela lógica individualista escolar, ou seja, os que se esforçarem serão exitosos, e os preguiçosos serão fracassados.

Porém, a presença de milhões de crianças e adolescentes extremamente pobres nas escolas nos obriga a superar essas visões tão limitadas – a do pobre como imoral e não qualificado para o trabalho. Para compreender esses sujeitos, é necessário dar maior centralidade às condições sociais e materiais de suas vivências e sobrevivências como seres humanos. Os percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências.

Condená-los a um sobreviver tão precarizado condiciona suas trajetórias como humanos, como sujeitos sociais e como estudantes. Sendo assim, o peso das condições sociais do viver e do sobreviver merece maior destaque nos cursos de formação inicial e continuada; merece maior atenção na avaliação dos educandos submetidos a condições que estão nos limites da sobrevivência. (ARROYO, 2014, p.14)

É perceptível nas palavras de Arroyo, que impera na sociedade e existe na escola a visão meramente individualista, moralizante e excludente de que os que se esforçam obterão sucesso e os preguiçosos inevitavelmente fracassarão. Porém quando nos deparamos com milhões de crianças pobres fracassando e abandonando os estudos, não há como não nos questionar se todos são preguiçosos. Infelizmente é a pobreza é concebida pelo senso comum como falta de esforço ou uma opção feita pelo próprio indivíduo. No entanto quando as pessoas são submetidas a condições no limite da sobrevivência, certamente as marcas profundas das condições sociais limitam o sucesso destes indivíduos que deste a mais tenra idade são obrigados de alguma forma contribuir para garantir a própria sobrevivência.

De acordo com Arroyo (2014, p.11) deve-se desmistificar a idéia de que “Os pobres estariam desempregados porque seriam indolentes. É principalmente dessa forma que os pobres têm sido pensados em nossa cultura social: responsáveis por sua pobreza e desemprego”. Ou na pior das hipóteses porque são desqualificados para o trabalho. “Tais interpretações reducionistas da pobreza e desigualdades sociais acabam por ocultar o processo histórico da produção desses fenômenos e ignoram a questão social que os envolve.” (ARROYO, 2014, p. 11).

Dessa forma, nega-se aos pobres os direitos básicos e essenciais à vida que cabem ao estado garantir, e ainda os culpa pela sua situação de pobreza.

Arroyo nos orienta que quando avançamos nesta discussão é relevante

...superarmos visões moralizantes e individuais da produção da pobreza, estaremos abertos a reconhecer que a pobreza e as desigualdades sociais, raciais e de gênero estão associadas ao padrão de poder-dominância-subalternização vigente na sociedade. Certos coletivos sociais, raciais e de gênero se perpetuam concentrando o poder, a renda, a terra, a riqueza, o conhecimento, a justiça, a força, enquanto os coletivos pobres são mantidos como subalternos e marginais. (ARROYO 2014, p. 15).

Em outras palavras é a classe dominante que realiza a manutenção da pobreza, perpetuando a concentração de poder e riqueza, tornando a pobreza uma questão política e social de interesses econômicos. Neste caso manter a pobreza pode ser uma das muitas estratégias de dominação.

Na história brasileira observa-se que as pessoas que não fazem parte do grupo dominante, são os que estão na condição de oprimidos inferiores e pobres e a forma mais fácil de obrigá-los a permanecerem nesta condição é negando os direitos básicos e essenciais a estes.

Neste sentido percebe-se que tais aspectos estruturam e mantêm a pobreza e estão diretamente relacionados a uma problemática social, ou seja, se existem pobres é porque a sociedade os criou e os condicionou como tal.

Por isso quando se tem um programa social como o Bolsa Família destinado a melhorar as condições de subsistência, ou programa de cotas nas universidades públicas, ou ainda qualquer outro que vise à melhoria das condições de vida da classe menos favorecida. Percebe-se a revolta da classe dominante por tais atividades.

No que tange às relações estabelecidas entre a pobreza e a educação escolar pode-se citar outros aspectos que em linhas gerais também são determinantes para o fracasso dos educandos pobres, como a baixa qualidade da educação pública brasileira, o currículo escolar que pouco prioriza e trabalha a questão da pobreza, a desnutrição que é uma das facetas mais cruéis da pobreza que infelizmente sentencia muitas crianças a doenças e morte, a falta de disponibilidade de materiais de leitura e o acesso aos recursos tecnológicos constatados por Lipina, (2013, p. 43) que dificultam o desenvolvimento cognitivo das crianças pobres deixando-as em situação desfavorável e relação aos demais, necessidade de abandonar os estudos para trabalhar e contribuir com a renda familiar, falta de tempo e local apropriado para estudar nas suas residências.

Estas são algumas das visões sobre a pobreza e relações existentes entre ela e a educação escolar a partir de uma análise social. No entanto, para sabermos o que pensam os professores da escola pública sobre este tema, adentramos a seguir na metodologia utilizada em campo.

2. METODOLOGIA

Tendo em vista o tema: Significados da relação entre pobreza e escola pelas vozes dos professores, o problema da pesquisa se configura como: O que pensam os professores de uma Escola Pública do Município de Pinhais sobre a relação entre pobreza e escola? Pode-se classificar esta pesquisa de caráter qualitativo, mas que o seu foco principal está voltado para a qualidade, tendo um teor explicitamente qualitativo, conforme Marconi e Lakatos:

“Denominamos de mudanças quantitativas o simples aumento ou diminuição de quantidade. Por sua vez a passagem qualitativa, seria a passagem de uma qualidade ou estado para outro. O importante é lembrar, que a mudança qualitativa não é obra do acaso, pois decorre necessariamente da mudança quantitativa. (MARCONI E LAKATOS 2008, pág. 104).

Ou seja, ambas as formas de pesquisas podem ser interdependentes ao mesmo tempo pode se trabalhar apenas com uma abordagem ou outra ou ambas, pois uma vez que estão ligadas determinam em conjunto o resultado final da análise de dados.

Os procedimentos buscados para realizar o estudo compreendem em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com o uso de questionários distribuídos para os professores.

Segundo, Marconi e Lakato, (2008, p. 168), “o questionário é um instrumento de coletas de dados, construído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador”. Nessa direção, o questionário apresenta suas vantagens, que para Marconi e Lakato (2008 p. 169) são: Economia de tempo, obtenção de grande número de dados, possibilitando maior liberdade, segurança e rapidez nas

respostas, com uniformidade na avaliação e menor risco de distorção pela ausência do pesquisador.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Considera-se importante realizar uma breve descrição da escola por primeiro, antes da apresentação das respostas para elucidar o cenário da escola.

Neste sentido a escola estudada em Pinhais² atende em média 389 alunos, regularmente matriculados, de Pré II ao 5º ano da Educação Básica. Conta com 12 turmas, uma de cada ano, 16 professores, 2 pedagogos, 1 diretora 2 cozinheiras e 4 auxiliares de serviços Gerais.

Suas instalações são amplas e arejadas (com exceção da sala do Pré II). Seu espaço interno está dividido em sete salas de aula, um Laboratório de Informática, uma sala para serviço administrativo secretaria, sala para o trabalho pedagógico dos professores, sala para os pedagogos, sala para direção, cantina, depósito de: merenda, limpeza e material de expediente, banheiros masculino e feminino e banheiro para portadores de necessidades especiais. O espaço externo contempla uma quadra esportiva coberta, saguão coberto, pequeno pátio com parquinho.

Os princípios e objetivos que norteiam o trabalho do professor são realizados de modo que o educando construa um olhar analítico e crítico da realidade, articulando-o a uma reflexão sobre suas ações. De modo específico, o objetivo é que o aluno possa compreender os princípios básicos dos aspectos históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos do seu contexto. Bem como adquirindo valores como solidariedade, tolerância e respeito às diversidades culturais presentes em nossa sociedade, tendo em vista a formação de sujeitos críticos e participativos.

A escola conta com 16 professores, os quais todos participaram da pesquisa. Os gráficos a seguir demonstram o perfil e a forma que estes profissionais percebem a pobreza no ambiente escolar.

² A escola não será citada para manter o sigilo de seu nome

No que tange ao gênero, os professores estão distribuídos da seguinte forma:

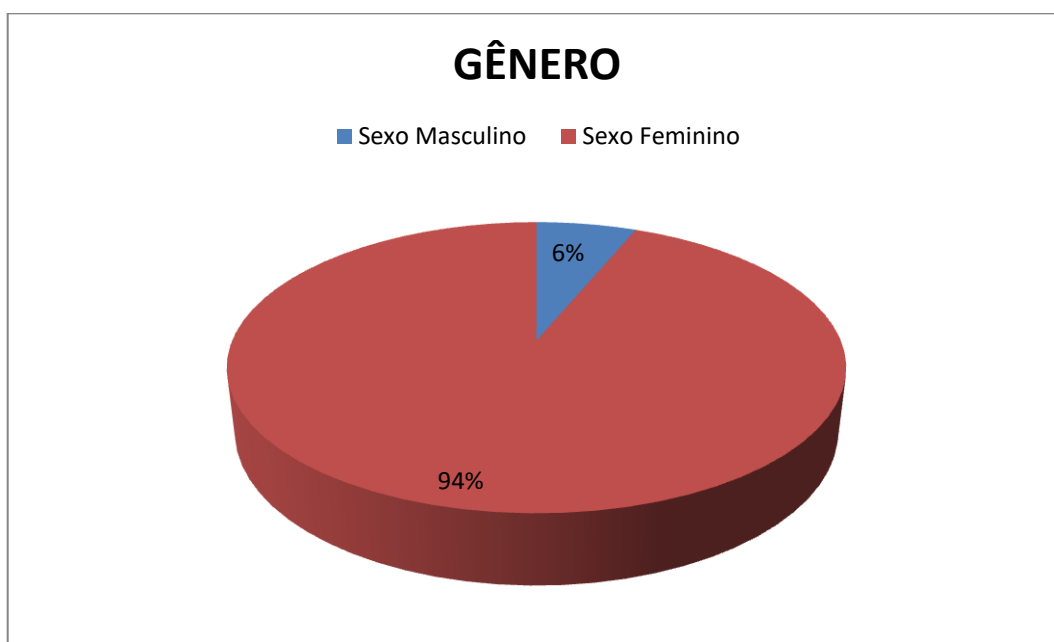


Gráfico1: Distribuição dos entrevistados quanto ao gênero - Dos 16 professores que responderam ao questionário, 94% são do sexo feminino e 6% são do sexo masculino.

No que se refere à classe social, os professores estão distribuídos da seguinte maneira:

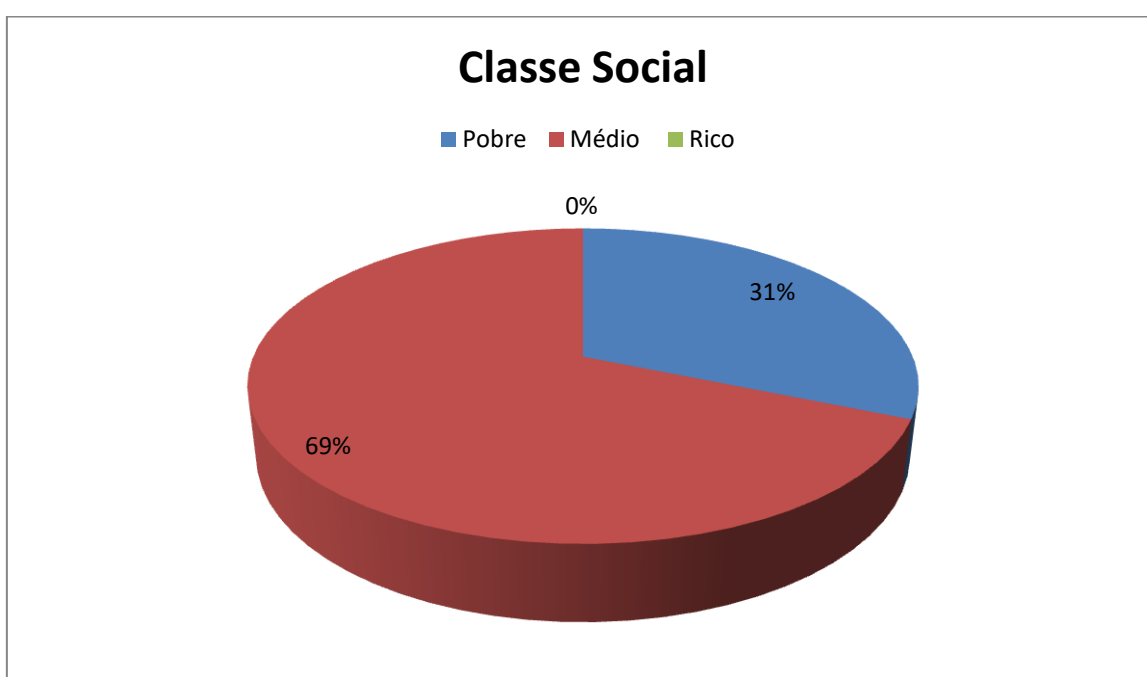


Gráfico2: Distribuição dos entrevistados quanto a Classe Social - Dos 16, 31% declararam-se pobres, 69% pertencente à classe média e 0% ricos.

Nesse sentido, conforme aponta Pinzani& Rego (2014),

A própria definição da pobreza com base na renda representa, em certo sentido, um ato arbitrário. Vejamos, por exemplo, no caso do Brasil, o estabelecimento por parte do governo da linha que separa pobreza – renda mensal per capita de até R\$ 154 – e pobreza extrema –renda mensal de até R\$ 77 por pessoa. É difícil dizer que quem recebe R\$ 80 encontra-se em situação melhor que quem recebe só R\$ 77, assim como é complicado afirmar que quem recebe R\$ 160 não seria pobre. Da mesma maneira, a presença ou a ausência de políticas públicas específicas e de serviços públicos afetam profundamente a vida das camadas mais vulneráveis da população. (PINZANI & REGO, 2014, p. 19).

Para melhor compreensão destas questões vamos analisar na tabela abaixo como são divididas as Classes Baixa, Média e Alta para os especialistas do governo.

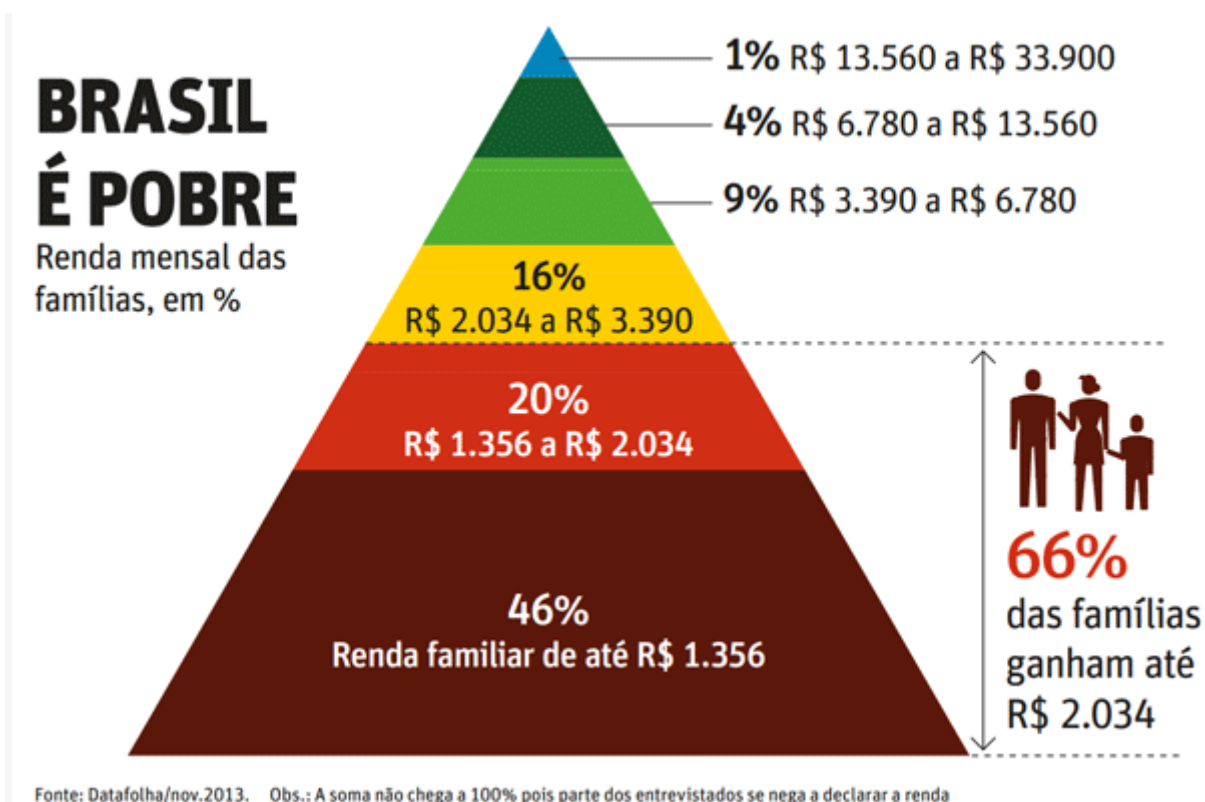
Classes		Ponto de corte (R\$/mês)	Renda per capita média (R\$/mês)	Renda familiar média (R\$/mês)
Baixa	Extremamente Pobre	81	42	227
	Pobre	162	124	648
	Vulnerável	291	227	1.030
Média	Baixa Classe Média	441	364	1.540
	Média Classe Média	641	535	1.925
	Alta Classe Média	1.019	804	2.813
Alta	Baixa Classe Alta	2.480	1.503	4.845
	Alta Classe Alta	-	4.687	12.988

Fonte: [SAE](#) (valores expressos em R\$ de abril de 2012)

Outra forma de interpretar e visualizar as classes sociais é a noção de

pirâmide de renda, conforme a apresentada pelo Data Folha em novembro de 2013, no gráfico abaixo.

Pirâmide de Renda no Brasil



Com base nos dados acima é possível notar que é considerado pobre as famílias que possuem renda per capita mensal de até 291 reais, já a classe média de 291 à 1.019 e a classe rica a partir de 1.019 reais.

Outro fator fundamental a observar é que o Brasil é considerado um país pobre, pois 66% das famílias brasileiras ganham até 2.034 reais conforme pesquisa realizada pelo Datafolha em 2013.

Na parte que envolve o trabalho com educandos pobres, - 100% dos professores afirmaram trabalhar com educandos pobres. Ou seja, todos os professores pesquisados possuem alunos pobres em suas turmas, como demonstra o gráfico a seguir:

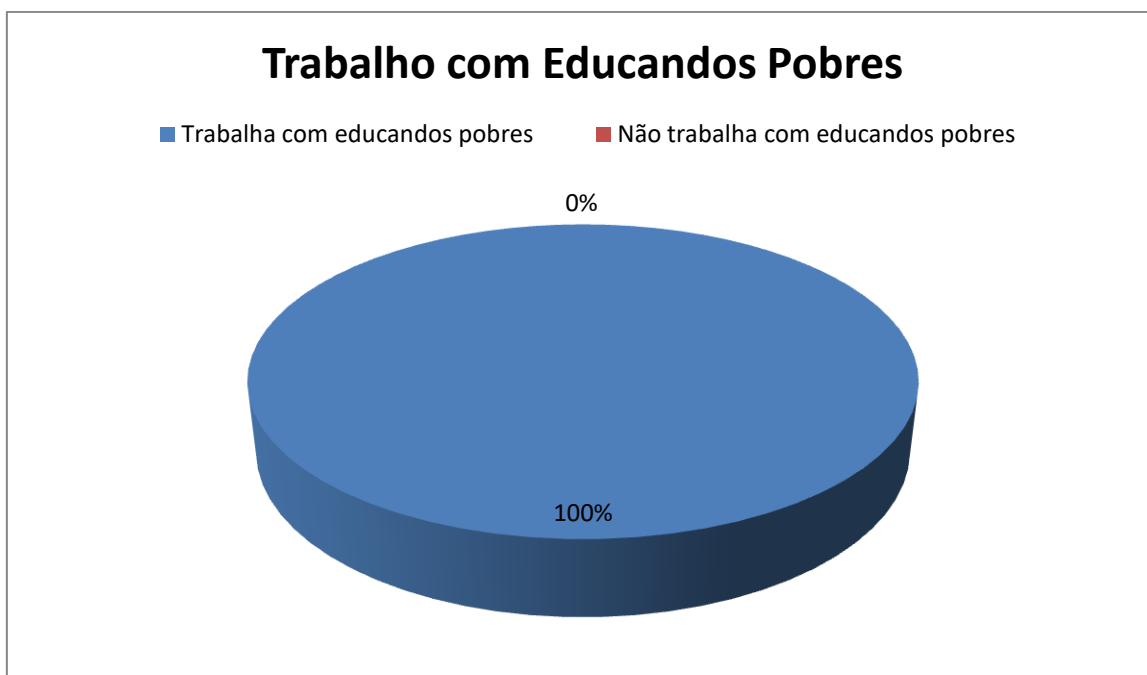


Gráfico3: Distribuição dos entrevistados quanto ao trabalho com educandos pobres - 100% dos professores afirmaram trabalhar com educandos pobres.

No que concerne os educandos pobres da escola, os professores os percebem da seguinte maneira:

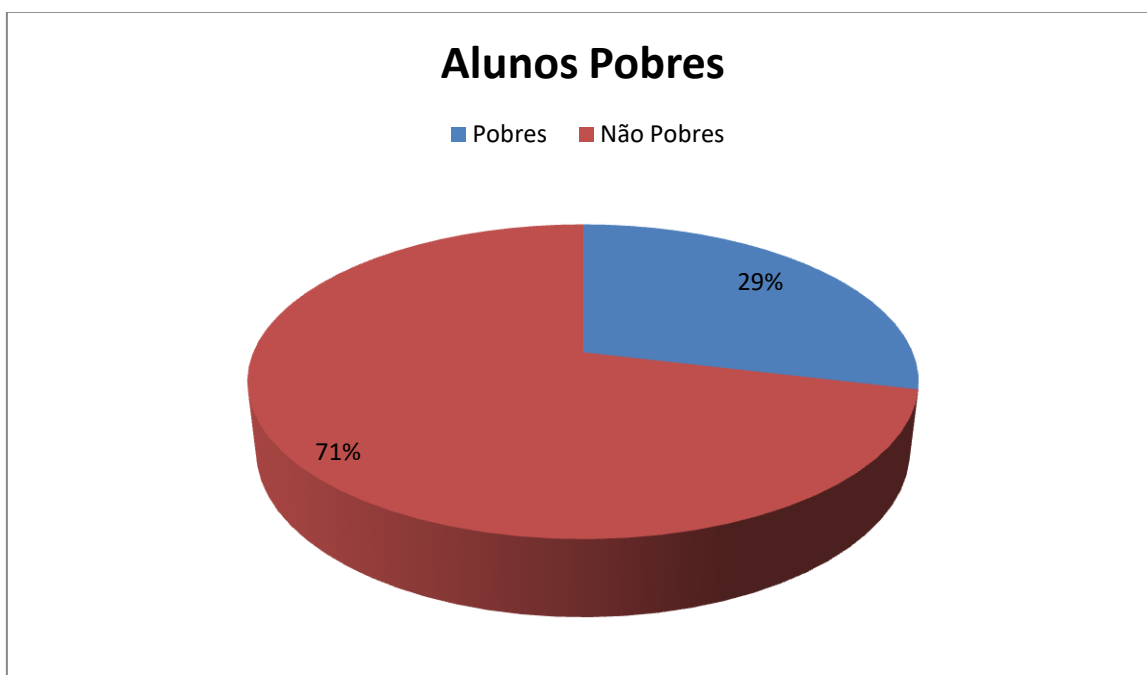


Gráfico4: Percepção dos entrevistados quanto aos alunos pobres- 29% dos

alunos da escola são pobres e 71% pertencem a outras classes sociais.

É interessante notar que os professores pesquisados possuem definição de educando pobre bastante similares, como pode-se perceber na fala de alguns educadores.

Para uma educadora,

educandos pobres são aqueles cujos pais não estudaram e não possuem rendimento para suprir nem mesmo as necessidades básicas da família. Não possuem casa, dependem de aluguel, ou moram na rua. Passam por dificuldades financeiras, fome, frio, falta de atendimento médico, etc. Mas também há pobres que possuem melhores condições. Não tem muitos recursos, mas conseguem equilibrar as contas e levar a vida dentro de um padrão um pouco melhor.

Outra docente diz que aluno pobre “é alguém que não vive em condições dignas para se alimentar, se vestir, ter lazer, entre outros. Uma família que vive precariamente em uma casa onde os filhos dormem com os pais no mesmo quarto, não conseguem fazer compras mensalmente ou compra o estritamente essencial para a sua sobrevivência. O educando pobre demonstra insatisfação com mais facilidade, geralmente suas roupas são encardidas e bem velhas. Usa sempre as mesmas durante a semana. Durante as refeições se alimenta mais vezes que os outros.”

De forma geral todos os professores elencaram na sua definição de aluno pobre a falta de recursos financeiros para suprir as necessidades básicas da família, como alimentação, vestuário, moradia, saúde, educação entre outros. Outro fator que marcou a fala deles, foi à questão da falta de instrução dos pais, como um dos requisitos determinantes das condições sociais da família. Que vem certamente a calhar com as ideias de Pinzani & Rego quando afirmam que:

Convém pontuar que a pobreza leva à falta de instrução, uma vez que as crianças são obrigadas a deixar a escola para trabalhar e ajudar a família, enquanto a falta de instrução perpetua a pobreza, pois, sem instrução e qualificação, não há como entrar no mundo do trabalho e sair dessa condição. A exclusão econômica resulta, por sua vez, em exclusão social e política, visto que os pobres passam a viver à margem da sociedade, com pouca capacidade de se organizarem para fazer com que suas vozes sejam ouvidas. (PINZANI & REGO, 2014, p. 7)

Nota-se que esse ciclo vicioso perpetua pobreza a exclusão social e a

marginalização das pessoas pobres.

No tocante ao preconceito vivenciado e sofrido pelos alunos pobres no interior da unidade escolar os professores afirmaram que:

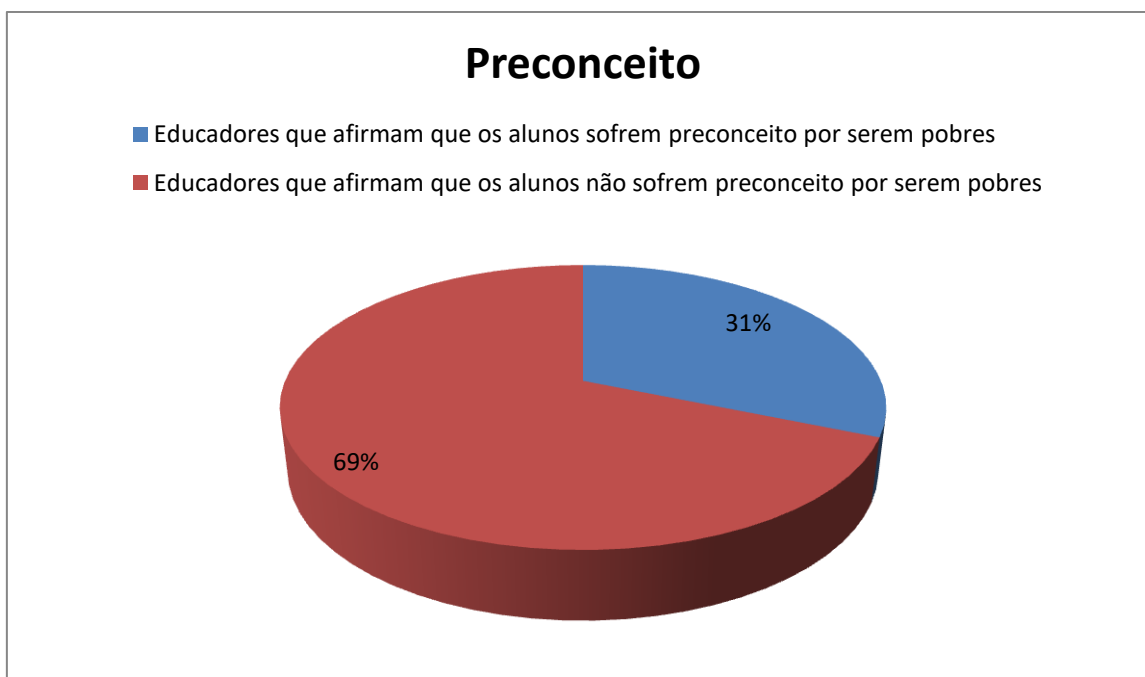


Gráfico 5: Percepção dos entrevistados quanto ao preconceito sofrido pelos alunos pobres nas relações que vivenciam na escola - Dos professores pesquisados, 31% afirmam que os alunos sofrem preconceito por serem pobres e 69% dos professores afirmam que os alunos não sofrem preconceito por serem pobres.

Analisando o gráfico 5 constatamos que 31% dos professores afirmam perceber que os alunos pobres sofrem preconceito, coincidentemente é o mesmo percentual de professores que se declararam pobres, isso nos leva a fomentar a hipótese que quem é pobre consegue perceber de forma mais direta os preconceitos e discriminações vivenciados pelos pobres.

No tocante ao preconceito vivido pelos educandos pobres no interior da unidade escolar e sala de aula uma das educadoras disse que, “muitas vezes os alunos pobres não são bem recebidos pelos colegas da sala de aula, devido as vezes estarem sujos, com mal cheiro, são menosprezados pela aparência e a falta de condição em comprar materiais de melhor qualidade”.

Outra professora relatou que percebe que “algumas vezes os alunos pobres são tratados com indiferença por parte de alguns educadores que

visivelmente dão preferência às crianças com boa aparência e cheirosas.”

Outro docente disse que “geralmente os alunos pobres sofrem preconceito pela cor da pele se for negra e no aspecto físico relacionado à aparência e a higiene.”

Nestes relatos é possível perceber vários tipos preconceitos e discriminações, que vão desde a cor da pele até a recorrente falta de higiene, constatada nos corpos empobrecidos, que certamente advêm dos recursos escassos como água, luz, rede de esgoto entre outros. No entanto o que mais nos chama a atenção é a relação destes preconceitos com os estereótipos sobre os pobres destacados por Arroyo

...os pobres são vistos como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados por sua própria condição. São, desse modo, constantemente inferiorizados, reprovados e segregados, consequências da falta de atenção dada pela cultura política, pedagógica e docente às carências materiais, à fome e aos corpos precarizados. (ARROYO 2014, p. 8).

Inclusive, fica evidente tanto na fala de alguns professores pesquisados, quanto nas ideias de Arroyo acima elencadas, a falta de atenção e compreensão por parte de alguns educadores no tocante ao afeto que essas crianças necessitam. Assim é possível perceber que aqueles que mais necessitam do acolhimento escolar, muitas das vezes são os que menos recebem.

No que tange os problemas e dificuldades vivenciadas pelos professores dentro da sala de aula com os alunos pobres e os encaminhamentos que vem sendo realizados para solucioná-los, as respostas dos docentes pesquisados também demonstraram-se muito parecidas, como podemos observar um dos professor pesquisados afirmou que “Os alunos bem carentes apresentam dificuldades na aprendizagem (atenção concentração e memorização). Possuem autoestima baixo com problemas psicológicos, emocionais e de saúde. Há muitos casos de crianças abandonadas pelos pais e que moram com parentes, amigos ou casa de abrigo.

Algumas são maltratadas, abusadas dentro da própria família. Outras se envolvem com drogas, ou já são geradas por pais usuários de drogas, bebidas e chegam na escola com grande problema no raciocínio lógico, etc.

Estes alunos após detectado que um problema, são encaminhados pela escola para uma avaliação com psicólogos, psicopedagogos, médicos, conselho

tutelar e são acompanhados por profissionais que auxiliam os alunos e orientam os pais.

Os problemas são muitos, devido a isso os alunos demoram e às vezes nem são atendidos e os casos podem se agravar, a escola juntamente com o professor, tenta sempre buscar alternativas de como ajudar esses alunos, mesmo nem sempre obtendo sucesso.

Outro docente enfatizou que a dificuldade de aprendizagem e a ausência da família, omissão dos pais na educação e falta de limites, uso de drogas cada vez mais precoce. “Aluno com fome não aprende” e isso tem dificultado o processo de ensino aprendizagem.

Outra educadora diz que,

a maior dificuldade que um professor enfrenta em sala de aula é a desatenção da família para com o seu filho, quando não esta nem ai para dar limites, quando cobra da escola educação, sendo que ela mesma não educa. É preciso estar atentos a cada problema de aprendizagem, a escola tenta resolver, se for algo a mais, então escola e família tentam solucionar juntos para que no futuro este aluno torne-se um bom cidadão. Infelizmente a escola nem sempre tem o apoio da família

Outro professor afirma que,

nos casos de carência afetiva, falta de higiene e dificuldade de aprendizagem. Conversa com a família sobre estas questões. Porém acontece muitos casos que quando as crianças ficam doentes a família não tem condições de comprar os remédios, que o posto de saúde não fornece, além de não se alimentarem direito em casa. Quando encaminhados para a assistência social, esta pouco ou nada faz pela família.

Ficou bem evidente na descrição dos professores pesquisados, que os problemas e dificuldades enfrentados na sua prática profissional, estão ligados à questão da pobreza, do abandono familiar, da falta de higiene, da dificuldade de aprendizagem, da falta de alimentação adequada, da falta de limites e problemas com drogas.

Nessa perspectiva (WILKINSON; PICKETT, 2010, p. 105) “Diz que crianças provenientes de famílias pobres não vivem em um ambiente favorável à sua atividade de estudo”.

Já Pinzani & Rego argumentam que:

Essas crianças, quando não são obrigadas a deixar a escola para trabalhar e contribuir à renda familiar, têm de lidar com situações domésticas que representam um obstáculo ao estudo: falta de um espaço adequado para se sentar e se concentrar; ausência de livros ou de acesso à internet para fazer pesquisas; obrigação de cuidar dos(as) irmãos(ãs) menores, etc. Além disso, elas testemunham, frequentemente, episódios de violência doméstica e não recebem um apoio adequado de seus pais, os quais, quase sempre, possuem escolaridade baixa ou nula e não são capazes, ou mesmo não estão dispostos, a apoiá-las em seus deveres.

Portanto, convém ressaltar que a permanência das crianças na escola não é suficiente para que sua formação as ajude a sair do círculo vicioso da pobreza. A frequência escolar é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir uma boa educação: sem escola de qualidade, sem boas condições de estudo em casa, sem apoio de pais e professores, as crianças de famílias pobres muito dificilmente conseguem obter bons resultados e alcançar um nível de instrução suficiente para ter mais chances profissionais na vida.

Nada disso diz trata-se, efetivamente, de mérito individual. Crianças inteligentes e aplicadas podem, com efeito, encontrar obstáculos insuperáveis na péssima qualidade do ensino recebido ou em um ambiente doméstico desfavorável. Notemos que resultados fracos não são, desse modo, necessariamente o reflexo de uma falta de inteligência ou de aplicação por parte dos(as) estudantes, mas da ausência de circunstâncias favoráveis à aprendizagem. Um obstáculo é representado, também, pela incapacidade – e, frequentemente, pela impossibilidade – de as instituições escolares lidarem com as dificuldades familiares dos(as) educandos(as). A pior e mais injusta atitude é, seguramente, culpar as crianças pelos resultados insatisfatórios que obtêm em seu processo de aprendizagem. (PINZANI & REGO, 2014, p. 24 e 25)

Percebe-se diretamente, que as idéias dos professores pesquisados em relação aos problemas enfrentados na sua prática profissional, convergem e estão de acordo com o que afirma Pinzani & Rego (2014) e Wilkinson; Pickett (2010) no que se refere à falta condições de estudo em casa, de apoio dos pais, no que concerne os resultados de desempenho acadêmico do aluno pobre e que crianças provenientes de famílias pobres não vivem em um ambiente favorável à sua atividade de estudo no seio familiar.

Entretanto, as idéias se divergem no tocante a escola e professores poder estarem sendo omissos no apoio ou ineficientes na educação destas crianças. Para os docentes pesquisados a escola e eles estão fazendo tudo o que podem para resgatar e ensinar estes educandos. Porém sentem-se impotentes diante das demandas sociais, familiares e econômicas dos alunos e da inoperância do estado, sociedade, e família. Fugindo assim do raio de ação escolar e tornando-se maior que a sua possibilidade de ação, minimizando assim as chances de

sucesso dos educandos pobres, por mais que a escola e os professores façam, sempre o trabalho vem desconstruído nos outros ambientes que o educando frequenta e convive. A falta de recursos financeiros, instrução da família e apoio do poder público representado pelos órgãos assistenciais, leva muitos educandos pobres abandonam a escola para trabalhar, ou pior que isso, entrarem para a realidade da violência, criminalidade e drogadição.

No tocante a esta questão Arroyo é enfático em afirmar que:

O problema desse enfoque é que, se os pobres são vistos como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados por sua própria condição. São, desse modo, constantemente inferiorizados, reprovados e segregados, consequências da falta de atenção dada pela cultura política, pedagógica e docente às carências materiais, à fome e aos corpos precarizados.(ARROYO 2014, p. 8).

Subentende-se que quando os docentes pesquisados afirmam que a escola e eles estão fazendo tudo o que podem para resgatar e ensinar os educandos pobres. De certo modo estão tentando isentar à escola e a si mesmos pelo fracasso de tais alunos e conseqüentemente repassar a responsabilidade para a sociedade, família e estado.

Quando Arroyo fala da falta de atenção dada pela cultura política, pedagógica e docente às carências materiais dos pobres. Nos remete, a uma análise da visão do autor e dos professores pesquisados, e nos leva a concluir que muitos problemas relacionados à pobreza podem até estar além dos muros escolares e influenciar negativamente a aprendizagem dos alunos pobres, mas isso não nos permite afirmar que a escola e professores não estejam falhando com os alunos pobres, assim como a família a sociedade e o estado também estão.

Neste sentido, é perceptível a sensação de abandono pelo poder público, e outros órgãos e instituições que deveriam auxiliar a escola nestas questões. Desse modo, impera a impotência e ineficiência escolar, e infelizmente, ainda, vem sendo unicamente culpabilizada, pela sua e pela falha destas outras instituições supracitadas com os educandos pobres. Isso não quer dizer que a escola não tenha sua parcela de culpa, mas evidentemente não é a única responsável, pelo insucesso dos educandos pobres.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da pobreza vem sendo discutido já há muito tempo por pesquisadores de todo mundo. Mesmo assim, o termo pobreza é um conceito extremamente complexo e multifacetado, como afirmam Pinzani & Rego (2014) que a pobreza deve ser considerada não apenas pela perspectiva econômica no que concerne a questão da renda. Pois há facetas da pobreza relativos aos aspectos éticos, relativos aos ao autorrespeito e à autonomização. No entanto há que se considerar que o viés econômico, ligado a renda ainda é uma condição imprescindível superação da pobreza e das questões éticas e estéticas envolvidas.

Este artigo analisou os significados da relação entre pobreza e educação escolar pelas vozes dos professores de uma escola pública do Município de Pinhais. Para tanto, os procedimentos buscados para realizar o estudo, compreenderam pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com o uso de questionários distribuídos para os professores

Com base nas pesquisas descobriu-se que a pobreza geralmente é entendida pelo senso comum com causas ligadas ao indivíduo e ao psicológico, e não a aspectos estruturais, que podem ser pensados como efetivos da pobreza, criando assim, diversos estereótipos que mascaram a sua verdadeira face, escondendo também toda uma relação de poder e de dominação que se estabelece dentro da nossa sociedade.

No que tange às relações estabelecidas entre a pobreza e a educação escolar pode-se citar diversos aspectos que em linhas gerais também são determinantes para o fracasso dos educandos pobres, como a baixa qualidade da educação pública brasileira, o currículo escolar que pouco prioriza e trabalha a questão da pobreza, a desnutrição que é uma das facetas mais cruéis da pobreza, a falta de disponibilidade de materiais de leitura, o acesso aos recursos tecnológicos, a necessidade de abandonar os estudos para trabalhar e contribuir com a renda familiar, falta de tempo dos educandos por ter que trabalhar e local apropriado para estudar nas suas residências.

Tudo isso é perceptível na fala dos professores pesquisados. Entretanto o ponto crucial consiste na identificação de que tais docentes estabelecem

divergência com os autores ao desconsiderarem que a escola e os professores podem estar sendo omissos no apoio ou ineficientes na educação dos alunos pobres. Para os professores pesquisados a escola e os docentes estão fazendo tudo o que lhes compete para resgatar e ensinar estes educandos. Porém, sentem-se impotentes diante das demandas sociais, familiares e econômicas dos alunos, fugindo assim do raio de ação escolar e tornando-se maior que ela, sufocando todo e qualquer resquício de sucesso que o aluno possa ter.

Em fim, neste sentido é perceptível a sensação de abandono pelo poder público, e outros órgãos e instituições que deveriam auxiliar a escola nestas questões. Desse modo, impera a impotência e ineficiência escolar, e infelizmente, ainda, é unicamente culpabilizada pela falha da família, do estado e da sociedade com os educandos pobres. Não que ela não tenha sua parcela de culpa, mas evidentemente não é a única responsável, pelo insucesso dos educandos pobres.

De forma alguma obtive a prevenção de esgotar a temática da pobreza em interface com a educação escolar, até porque, sua complexidade e relevância demandam muitos outros estudos e pesquisas, tendo em vista, sua natureza polêmica. Assim de forma pequena, porém significativa espero ter contribuído para a instauração de novas críticas e reflexões sobre o assunto. Em suma, fica a certeza, que a educação por si só, jamais irá transformar tudo, porém, sem ela nenhuma mudança acontece.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Pobreza, Desigualdades e Educação**. Ministério da Educação, 2014

DATAFOHA, Google Disponível em: < <http://arte.folha.uol.com.br/mercado/2014/01/16/piramide.pdf> >. Acesso em 14 de novembro de 2016.

FREIRE, PAULO. **A Importância do Ato de Ler**. 17ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

LIPINA, JAVIER SEBASTIÁN. **Linking childhood poverty and cognition: Individual and environmental predictors of non-verbal executive control in an Argentine sample**. *Developmental Science*, 2013.

MARCONI, MARIA DE ANDRADE e LAKATOS, MARIA EVA. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo. Atlas S.A, 2008.

PINZANI, ALESSANDRO E REGO, WALQUIRIA LEÃO. **Pobreza e Cidadania**. Ministério da Educação, 2014

SAE, Google Disponível em: < DATAFOHA, Google Disponível em: < <http://www.sae.gov.br/site/?p=13425#ixzz3BGkQzJvN> >. Acesso em 14 de novembro de 2016.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. **The spirit level: why equality is better for everyone**. London (UK): Penguin, 2010